



Aliança, Pacto e Comunhão: Uma Reflexão sobre a Proposta de um “Pacto Anglicano”

Richard M. Fermer*.

A tentação das pessoas envolvidas na vida de suas paróquias na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) é imaginar que os assuntos atuais da Comunhão Anglicana são alheios à realidade local, coisas da alta política externa ou da hierarquia da Igreja ou ainda de uma instituição que não tem rosto humano. Mas não é esse o caso. Tal situação levanta a necessidade de levar ao povo, os assuntos atuais da Comunhão Anglicana, nossa família mundial das Igrejas, descobrindo meios de criar uma ligação entre a temática da Comunhão e a vida paroquial ou diocesana. Sempre existe o perigo na tendência humana de ter horizontes introvertidos ou estreitos, de dividir a dimensão *local*, (seja o meu grupo de estudos bíblicos ou oração, a vida da paróquia ou mesmo a diocese local) da dimensão *universal*, a diocese, a província, a Comunhão Anglicana, ou mais profundamente, a plenitude do Corpo de Cristo que existe universalmente e localmente. Vemos isso quando um bispo ou pároco coloca os interesses de sua diocese/paróquia acima de tudo (congregacionalismo paroquial/diocesano), quando uma paróquia não paga sua quota diocesana, quando uma um pequeno grupo de membros decide participar só daquilo que lhes interessa na vida paroquial ou ainda quando ouvimos falar da prática do nepotismo ou favoritismo para com parentes.

Porém, apesar da confusão causada por essa perspectiva humana, a comunidade e a comunhão são elementos centrais e inegáveis na vida cristã. Devemos viver em comunhão porque toda a vida criada por Deus existe numa ordem interdependente e relacional, e visa à comunhão a partir da sua criação e na consumação de todas as coisas em Cristo no *eschaton* (Ef 1.9-10). Essa comunhão, como o Arcebispo Michael Ramsey nos lembrou, paradoxalmente tem sua possibilidade e esperança na fragmentação, quebra, violação e divisão do sacrifício da cruz, “cujo próprio sentido é a morte ao eu,” e que cria o espaço para a nova vida brotar, a ressurreição, a vitória sobre a morte¹. É preciso recordar isso quando sofremos por causa da vida da Igreja². Na cruz, Cristo destruiu a hostilidade da

* Doutor em Teologia e Professor de Teologia no Seminário Anglicano de Estudos Teológicos (SAET), em Recife.

¹ Ramsey, A.M *The Gospel and the Catholic Church* (London, Longman, 1959), p. 25–26.

² Cf. Fermer, R.M. “As quatro marcas da Igreja e a tarefa da *koinonia* eclesial no contexto da IEAB,” *Inclusividade* Ano V, Abril 2006, No. 13, por um desenvolvimento de uma espiritualidade e ética eclesial.



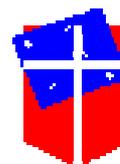
divisão humana. Assim, a comunidade e a comunhão devem significar justamente a destruição das divisões pela cruz (Ef 2.11-22). A tentativa de criar comunidade e comunhão pela graça de Cristo é o lugar onde a luta entre a vida e a morte continua, e onde o Espírito Santo manifesta a vitória de Cristo sobre a morte.

Enfim, se a comunhão é um elemento não-negociável na vida cristã, não podemos negligenciar uma dimensão desta vida, ou seja, neste caso a Comunhão Anglicana. Além disso, colocar a vida da Comunhão Anglicana como algo irrelevante e distante da experiência local, ainda que precisemos assegurar que ela não se torne posse de uma elite eclesial, é uma falha de perspectiva. Seria possível afirmar que os assuntos da Comunhão estão distantes quando gays (solteiros ou casais) gays podem entrar em nossas igrejas e esperar uma acolhida e atendimento pastoral? Ou que as questões de interpretação da Bíblia também não são temas para os debates em nossas comunidades? É admissível que a questão da convivência na Comunhão, a responsabilidade mútua, e a questão relacional do tratamento de desacordos e desavenças sejam consideradas irrelevantes em nossa experiência comunitária? Seria enganoso pensar que não há nenhuma ligação. Assim, nosso ponto de partida deve ser que a vida da Comunhão Anglicana é, até certo ponto, um macrocosmo, uma dimensão inter-relacionada à vida cristã local, o microcosmo, minha paróquia, diocese, e meu testemunho pessoal de fé.

O Contexto da Proposta por um Pacto Anglicano

A idéia de um "pacto anglicano" surgiu pela primeira vez no Relatório de Windsor em 2004 como proposta em resposta à crise dentro da Comunhão Anglicana provocada pela decisão da 74ª Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos em consentir na eleição do Bispo Gene Robinson da Diocese de New Hampshire, à autorização de uma diocese da Igreja Anglicana do Canadá de um Rito de Bênção de uniões das pessoas do mesmo sexo e ao envolvimento em outras províncias de bispos sem o consentimento ou aprovação dos bispos ou das bispas diocesanos locais. A proposta do pacto é um dos elementos do chamado "Processo de Windsor" que foi concordado nas reuniões dos Primazes da Comunhão em 2005 e que contém quatro componentes:

1. A "O Pacto Anglicano" ("The Anglican Covenant");
2. "O Processo de Escuta" ("The Listening Process"), um processo de consulta feito com todas as províncias da Comunhão sobre a questão da sexualidade humana.
3. "O Painel de Referência" ("The Panel of Reference") que é um grupo consultivo nomeado pelo Arcebispo de Cantuária para investigar disputas dentro da Comunhão, oferecer recomendações e intermediar.



4. "O Relatório de Windsor" ("The Windsor Report") de 2004.

A escolha da palavra "processo" é chave aqui. Nenhum destes quatro elementos apresenta algo já previamente determinado. Ao contrário, a Comunhão está envolvida num *processo* de reflexão e discernimento não apenas sobre a sexualidade humana, mas mais importante ainda, em como nos relacionar uns com os outros enquanto família eclesial. Além disso, quando se fala em "processo" isso implica uma meta, e certamente o "Processo de Windsor" tem o propósito de preparar e facilitar a Conferência de Lambeth marcada para Julho de 2008.

É surpreendente como as reações à idéia de um "pacto anglicano" chegam a conclusões bastante opostas: algumas pessoas argumentam que o pacto seria uma invenção perigosa para nossa Comunhão (Revda. Professora Marilyn McCord Adams, Professora Carolyn Sharp), enquanto defensores do pacto sustentam que este é apenas uma articulação do que já está na base de nossa vida em comunhão (Rev. Professor Ephraim Radner). Assim, Radner afirma que o pacto revela "quem nós já somos; somos chamados a ser mais e mais".³ São conclusões bem antagônicas!

Este artigo pretende oferecer uma análise da atual proposta do "Pacto Anglicano". É importante situar essa análise no contexto da história e evolução da Comunhão Anglicana, uma evolução que ainda está *em processo*. Além disso, não podemos analisar a proposta do pacto sem uma referência à teologia da Aliança e da comunhão.

O Conceito do "Covenant" e a Teologia da Aliança.

A palavra traduzida como "pacto" em inglês é "covenant", que tem um amplo sentido. Pode significar pacto, mas também traduz a palavra *berît* no hebraico do Antigo Testamento e *diatheke* no grego do Novo Testamento, ou seja, a Divina Aliança. "A Introdução ao Rascunho do Pacto Anglicano" de Janeiro de 2007, coloca o pacto no contexto da Aliança de Deus:

Deus nos chamou a comunhão em Jesus Cristo (I Co 1.9; I Jo 1:3). Este chamado foi estabelecido nos propósitos de Deus para a criação (Ef. 1.10; 3.9ss.), que foram promovidos nas alianças de Deus com Israel e suas representativas como Abrão e mais plenamente na vida, morte, e ressurreição de Jesus Cristo. Nós reconhecemos

³ Radner, Ephraim. *Making Promises: The Proposed Anglican Covenant in the Life of the Anglican Communion*. In: **Anglican Communion Institute**, 2007: Disponível na Internet: <www.anglicancommunioninstitute.com/content/view/14/2/> . Acesso em: jun. 2007.



humildemente que este chamado e dom de comunhão nos outorgam responsabilidades por nossa vida comunitária diante de Deus.⁴

Certamente esta ligação teológica precisa ser mais bem analisada. No parágrafo seguinte o propósito do Pacto Anglicano é lançado, e entendido pelo grupo que produziu o rascunho:

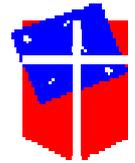
Reconhecendo a maravilha, beleza e desafio de manter comunhão nesta família de igrejas [a Comunhão Anglicana], e a necessidade de compromisso mútuo e disciplina como um testemunho à promessa de Deus num mundo e tempo de instabilidade, conflito, e fragmentação, nós nos comprometemos juntos, como igrejas desta Comunhão Anglicana a sermos fiéis às promessas de Deus através da história da fé que afirmamos, no caminho que vivemos juntos e no foco de nossa missão.⁵

Neste trecho o contexto que provocou a busca por um pacto é esclarecido - uma situação de "instabilidade, conflito e fragmentação" que resultou na perda de confiança entre as Igrejas da Comunhão - e também seu propósito, a saber, a afirmação de um compromisso mútuo e disciplina comum. Tanto nesta citação, quanto no "Preâmbulo" do Pacto de 2007, o texto usa a palavra "covenant" (pacto) como um verbo - "We, the Churches of the Anglican Communion, under the Lordship of Jesus Christ, solemnly *covenant* together in these articles (...)" ("Nós, as Igrejas da Comunhão Anglicana, sob o domínio de Jesus Cristo, solenemente nos comprometemos juntos nestes artigos") - ou seja, nós nos comprometemos, fazemos um acordo com o conteúdo do pacto. O uso de "covenant" como verbo coloca a ênfase na ação humana - é algo que nós fazemos, decidimos e agimos. Isso nos coloca diante de uma questão teológica: o pacto é nosso trabalho ou obra de Deus? Acreditamos que a verdadeira comunidade e comunhão podem ser construídas apenas pelo ser humano ou são criadas por Deus convidando à cooperação e resposta do ser humano?

É significativo que os movimentos das Igrejas Não-Estatais ou Separatistas, que se afastaram da Igreja da Inglaterra no final do século 16, também utilizassem o conceito da "covenant" (pacto) em relação a seu entendimento a respeito do que é a Igreja. Por exemplo, John Smyth (1554-1612), que fundou a primeira Igreja Batista inglesa, afirmou que a igreja combina duas ações: juntar ou congregar pessoas

⁴ Report of the Covenant Design Group meeting in Nassau, 15th – 18th January 2007 under the Chairmanship of the Most Revd Dr Drexel Gomez, Archbishop of the West Indies. Disponível na Internet: <www.aco.org/commission/d_covenant/docs/covenant.pdf> . Acesso em: jun. 2007. (o website da Comunhão Anglicana), minha tradução.

⁵ Idem.



voluntariamente, e um pacto (“covenant”), “um voto, promessa e juramento”⁶ sem o que a comunidade da igreja não teria continuidade nem estabilidade. Para Smyth o elemento externo da aliança entre crentes (o pacto escrito) é exteriorização e visibilidade do amor que os une. Os separatistas em seu uso do conceito “covenant”, enfatizaram muito o lado da atividade humana na fundação da Igreja, ou seja, o “covenant” como verbo (comprometer-se juntos). Pode se comparar a adoção de pactos pelos separatistas com a ausência de documentos confessionais no Anglicanismo e o entendimento destes de que a unidade é criada pela oração comum sendo, portanto, uma unidade de prática. Daí a importância do *Livro de Oração Comum* na tradição anglicana, o lugar do bispo como foco de unidade na Igreja local e as quatro marcas da Igreja.⁷

Esta amplitude da palavra “covenant” em inglês é realmente teologicamente útil. Aponta para o fato que nossa comunhão entre pessoas tem sua fonte na comunhão Divina, e que qualquer pacto entre nós deve participar em primeiro lugar na Divina Aliança entre Deus e seu povo e não fingir ser seu substituto. Ou seja, a Divina Aliança providencia a moldura certa a fim de que possamos nos comprometer em qualquer pacto da Igreja ou mesmo avaliar se precisamos de um. O propósito de qualquer “Pacto Anglicano” teria que nos conduzir a uma maior participação na Divina Aliança, uma expressão externa do amor profundo de Deus para com seu povo. Como o teólogo Miroslav Volf escreve:

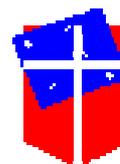
O Espírito de Deus, agindo através da Palavra de Deus e dos sacramentos (“de cima”), é o verdadeiro sujeito da gênese da igreja. É o *Espírito* quem constitui a igreja. *Pessoas*, porém, devem aceitar os dons de Deus com fé (mesmo que esta fé seja também uma dádiva de Deus); *elas* devem congregar, e *elas* devem ficar juntas [o movimento “de baixo”].⁸

Esta colocação nos ajuda entender o relacionamento entre a ação Divina e humana: nós participamos na ação Divina que já se realizou e à qual Deus está nos convidando a responder.

⁶ Smyth, J. *The Works of John Smyth* (ed.) W.T. Whitley. Cambridge: CUP, 1915. p. 252 (minha tradução).

⁷ Dom Sumio Takatsu observa o que muitos teólogos anglicanos já tinham observado: “De modo geral, não há no anglicanismo um corpo de doutrinas nitidamente delineado como sendo anglicano nos seus documentos confessionais ou num reformador como Luther ou Calvino. Na verdade não temos tais documentos e tais figuras.” Takatsu, Sumio. *Um Jeito Anglicano e Ecumênico de Fazer Teologia. Inclusividade*. Porto Alegre: CEA/IEAB, n. 11, p. 138. ano 4, Jul. 2005.

⁸ Volf, M *After our Likeness. The Church as the Image of the Trinity*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Company, 1998, p. 176.



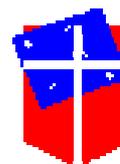
Nas alianças bíblicas a iniciativa sempre vem de Deus. A origem sempre é o amor incondicional de Deus na forma de uma *promessa*. As alianças bíblicas também convidam a uma resposta. Por isso são bilaterais, ou seja, envolvem Deus e seu povo. Embora estabelecidas unilateralmente pela ação e promessa de Deus, seu cumprimento é mútuo e recíproco e requer uma resposta amorosa do povo. Assim, existem mandamentos de Jesus, um caminho com conteúdo (Jo 14.15,24), para obedecer e cumprir, tal como existiu o "livro da aliança" (Ex 20.22 a 22.33) e o Decálogo (Ex 20.1-17) que o povo de Israel tenta observar. Entretanto, sua realização é descrita não como uma coisa meramente performativa ou contratual, mas como a manifestação de amor a Deus, central a um relacionamento pessoal de comunhão (Ex 20.6; Dt. 5.10; Js 22.5; Jo 14.15,21,24). A Aliança envolve todas as características de um relacionamento verdadeiramente amoroso e pessoal: amor, confiança e obediência (Dt 7.9,12; I Rs 8.23), que às vezes é associada com casamento (Os 5.7, MI 2.13-16). Na sua raiz etimológica a palavra para aliança em hebraico, *berît*, significa "laço" ou "grilhão" e quer dizer um relacionamento sujeitante, comprometedor de uma expressão do amor e fidelidade de Deus mesmo.

A aliança é fundada no compromisso de Deus e no convite à resposta do povo e assim inclui ambas (promessa e obrigação), que têm a qualidade de seriedade e durabilidade. Embora as alianças bíblicas solicitem uma resposta e seu cumprimento, a história e a experiência revelam o contraste entre a infidelidade do povo e o amor firme e resolutivo de Deus (em hebraico as palavras *'emet*, *hesed*, e *'emunah* [Dt. 7.9; Sl 25.10 e 85.10) que gera misericórdia e a renovação da aliança repetidas vezes.

A Nova Aliança instituída por Cristo é "eterna" (Hb 9.13; 13.20), mostrando a mesma fidelidade e nunca pode ser anulada (Mt 16.18). Também não é escrita, ou como o Apóstolo Paulo diz, "é escrita, não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo não em tábuas de pedra, mas nas tábuas de carne do coração" (II Co 3.3), aliás, "porque a letra mata, e o espírito vivifica" (v.6). A Santa Lei é radicalizada e cumprida por Jesus (Mt 5.17, 21ss.) e na *pessoa* de Cristo, no contexto da Aliança plena que manifesta a plenitude da vida (Jo 10.10). A Aliança é encarnada na *pessoa* e na *vida* de Cristo. Cristo é tanto o "mediador de uma nova aliança" (Hb 9.15), quanto um ser humano, o exemplo e modelo da resposta humana à Aliança Divina. Os dois "Sim" da escolha de Deus e a resposta da humanidade são encapsulados n'Ele.

Ephraim Radner também enfatiza esta dimensão pessoal de um pacto conforme o modelo bíblico:

(...) um pacto, em termos cristãos, é um modo ativo de existir como uma pessoa; a idéia de 'comprometer-se' em um pacto é, assim, sobretudo, mostrar-se digno de confiança, uma realidade que inclui caráter, ação, forma e propósito. Esta realidade inclui não apenas manter as promessas dentro de uma situação de vida mutável, mas



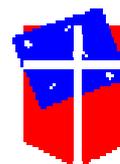
também a realidade vivida de retornar constantemente às promessas feitas, reafirmá-las e (do lado humano) suportar as conseqüências e buscar restauração pela falta do cumprimento das promessas. Em resumo, "pacto", na perspectiva humana, designa a ação gerada por fidelidade e uma conversão constante.⁹

Podemos acrescentar: um pacto não é apenas um modo de existir como pessoa, mas como *pessoas* em relacionamentos, inclusive fundamentalmente com Deus. Se tudo isso parece distante das preocupações paroquiais ou diocesanas podemos perguntar: qual é a base de nosso compromisso com a comunidade cristã local? O costume e o hábito de uma prática herdada de nossos pais? Uma prática puramente social? Uma atividade individualista que preenche minhas carências? Será que não existe um sentido no qual, como membros de uma comunidade cristã, estamos entrelaçados na Divina Aliança, cabendo-nos participar e nos sensibilizar mais quanto ao nosso compromisso uns para com os outros?

Em resumo, uma breve pesquisa da palavra "pacto" ("covenant") e a teologia da aliança levantam vários pontos dignos de ser considerados na análise do texto do Pacto Anglicano:

- a) Até que ponto o Pacto nos abre e aponta a realidade que a comunidade e a comunhão são construídas principalmente por Deus, e encoraja nossa maior participação no trabalho de Deus?
- b) Uma vez que o foco da unidade na tradição anglicana sempre foi o louvor e a oração a partir do Livro de Oração Comum, qual a possibilidade de que o louvor e a oração continuem sendo o centro de nosso trabalho para a unidade da Igreja?
- c) As alianças bíblicas mostram a importância de certas categorias em nosso pensamento sobre a questão do Pacto Anglicano: promessa, escolha, resposta, obrigação e responsabilidade mútua, laços comprometedores, fidelidade, firmeza, durabilidade, relacionamento pessoal de amor, confiança, obediência, e finalmente, vida e Espírito. A pergunta para nós é: como estas ações e qualidades são mais bem cultivadas em nossa convivência como uma Comunhão de Igrejas? De que modo criamos um espaço digno de confiança, onde podemos tratar com nossas diferenças, mas sempre a partir da participação nas qualidades de aliança de Deus?
- d) A sucessão de alianças bíblicas que termina com a Nova Aliança de Cristo que é sempre renovada na vida de seus seguidores pelo Espírito Santo,

⁹ Radner, op. cit.



indica que aliança envolve um processo que requer paciência, caridade e a fidelidade e honestidade de avaliar e renovar nossos compromissos quando entramos em crises de confiança ou alienação.

A Evolução e Desenvolvimento da Comunhão Anglicana: as Dores de Crescimento.

Do mesmo modo como a igreja dos apóstolos não acordou na manhã seguinte ao Pentecostes com os credos e o triplo ministério de episcopado, presbiterado e diaconato já articulados, também a Comunhão Anglicana não nasceu da noite para o dia. A partir de seu início na Igreja da Inglaterra no século 16, o fenômeno anglicano por volta do século 19 tinha desenvolvido três ramos: a Igreja Unida da Inglaterra e da Irlanda e sua igreja colonial; a Igreja Episcopal da Escócia e a Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos. Porém, no começo do século 19 mesmo os ministérios dos três ramos ainda não eram reconhecidos entre si ou intercambiáveis! Foi preciso que as tensões nas igrejas das colônias, a controvérsia em torno do bispo Colenso de Natal (África do Sul), a questão dos relacionamentos ecumênicos e as vozes dos que procuravam a catolicidade dentro das Igrejas Anglicanas provocassem a reunião de setenta bispos na primeira Conferência de Lambeth em 1867, que foi repetida em 1878 e em 1888 com a articulação do Quadrilátero de Lambeth que definiu as quatro marcas essenciais das Igrejas Anglicanas.¹⁰ Na Conferência de Lambeth de 1897 decidiu-se estabelecer um corpo consultivo permanente, no qual se desenvolveu a instituição, em 1968, do Conselho Consultivo Anglicano, que deu voz ao povo leigo que agora participava nos concílios e sínodos das dioceses e províncias dentro da Comunhão. Mais um desenvolvimento aconteceu na convivência da Comunhão quando a Conferência de Lambeth em 1978 recomendou que os primazes das províncias da Comunhão se reunissem regularmente para discutir assuntos da Comunhão. O *Relatório de Virgínia* (1997) falou sobre os quatro “instrumentos universais de comunhão” – o Arcebispo de Cantuária como um foco de unidade, as Conferências de Lambeth, o Conselho Consultivo Executivo, e o Encontro de Primazes – que constituem “uma rede [de autoridade] complexa e em desenvolvimento.”¹¹

A proposta de um “Pacto Anglicano” tem a intenção de ser mais um fortalecimento e expressão da unidade na Comunhão. Não é nada estranho em uma

¹⁰ Para ler mais sobre o surgimento da Comunhão Anglicana recomendo: Podmore, Colin, “The Anglican Communion: Idea, name and identity,” em, C. Podmore, *Aspects of Anglican Identity*. Londres: Church House Publishing, 2005. p.26–40; Sachs, William L. *The Transformation of Anglicanism: From State Church to Global Communion*. Cambridge: CUP, 1993; Jacob, W.M. *The Making of the Anglican Church Worldwide*. Londres: SPCK, 1997; Ward, Kevin. *A History of Global Anglicanism*. Cambridge: CUP, 2006.

¹¹ *Relatório de Virgínia: Relatório da Comissão Inter-Anglicana de Teologia e Doutrina*. Reflexões. Porto Alegre: CEA/IEAB n.9, c.3, 2001.



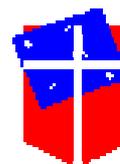
igreja ou igrejas que estão em processo de desenvolvimento e evolução. A história da Igreja desde sua concepção manifesta isso. Além do mais, freqüentemente são as controvérsias, a expansão da Igreja e seu encontro com culturas e pensamentos diferentes que geram o ímpeto de desenvolvimento. Basta recordarmos o Concílio de Jerusalém no livro dos Atos dos Apóstolos (15.1–35) com a controvérsia provocada pela missão aos gentios e a questão da observância da lei judaica ou recordarmos o Concílio de Nicéia de 325 d.C. que surgiu no novo contexto da aliança entre a Igreja e o Império Romano e na esteira da controvérsia de Ário que questionou a divindade de Cristo. David Brown, proeminente teólogo na Igreja da Inglaterra atualmente, em sua obra, *Tradition and Imagination: Revelation and Change* (“Tradição e Imaginação: Revelação e Mudança”), propõe que as Sagradas Escrituras e a tradição da Igreja não devem ser visto como antagônicas, mas que devemos “perceber a mão de Deus no processo contínuo que acompanha ambos.”¹²

A teologia e a cultura cristã se desenvolveram dialeticamente, ou seja, em diálogo entre a tradição e a Escritura, no qual novas idéias e novos discernimentos freqüentemente foram provocados por situações culturais. A tradição é um processo vivo, gerando constantemente novas perspectivas e novos discernimentos para o sistema de crenças e práticas herdadas. Quanto mais refletimos e mergulhamos nas Escrituras, na interpretação e reflexão da Igreja que são constituintes da tradição, mais penetraremos em suas verdades. Novos desenvolvimentos podem “abrir novas perspectivas, nunca sonhadas no primeiro século.”¹³ O que é mais antigo ou o que é mais recente não são, em si, sinais de verdade e “novas circunstâncias devem gerar novos princípios.”¹⁴ O desenvolvimento dos Credos, a eclesiologia, cultura e prática cristã com freqüência manifestam um movimento do implícito para o explícito. Por exemplo, podemos dizer que a doutrina da Trindade está implícita no Novo Testamento, mesmo que o conceito da Trindade não se encontre em nenhum lugar da Bíblia. A afirmação da doutrina da Trindade pelos Concílios de Nicéia (325) e Calcedônia (451) representam o processo gradual de articular explicitamente a doutrina. Brown cita a Encarnação de Cristo como evidência da necessidade de renovação imaginativa. Deus se fez carne num determinado contexto cultural, social e econômico, mas com uma mensagem universal que precisa justamente de sua inculturação nos contextos aonde é levada ou em outras palavras, necessita o desenvolvimento da tradição da Igreja. Brown destaca o lugar da imaginação que não apenas teólogos e concílios eclesiásticos devem promover. O desenvolvimento de conhecimento cristão da prática cristãs também foi feito por músicos, contadores de histórias e pintores. O trabalho do teólogo anglicano Jaci Maraschin nas áreas de teologia, música e poesia, mostra a mesma afirmação do lugar da imaginação.

¹² Brown, David. *Tradition and Imagination: Revelation and Change*. Oxford: OUP, 1999. p.1.

¹³ Idem, p. 25.

¹⁴ Idem, p. 166.



Enfim, a evolução ou desenvolvimento da Comunhão Anglicana não deve ser visto como um sinal de fraqueza ou vergonha, questionando a legitimidade da Igreja. Não! Todas as coisas abaixo dos Céus mudam. A mudança é natural e é parte da história humana criada por Deus. Mais importante ainda, podemos compreender a revelação de Deus também como algo que se desdobra na história. Finalmente, há o desafio de ter suficiente confiança em nossa tradição e fé para permitir o engajamento da imaginação relacionando Escritura, tradição e os assuntos atuais nos contextos das igrejas, com o discernimento para saber quando a imaginação se afastou da inspiração do Espírito e está enganada.

A Proposta de um Pacto Anglicano

Dado a legitimidade da evolução da Comunhão Anglicana, ainda podemos perguntar por que é necessário adotar um pacto anglicano? O *Relatório de Windsor* (2004) recomendou o pacto argumentando que o mesmo é necessário agora no desenvolvimento da Comunhão Anglicana para tornar "os princípios das relações inter-anglicanas mais efetivas no nível eclesial local"¹⁵ numa situação onde um espaço digno de confiança foi perdido. Deseja um movimento do implícito para o explícito:

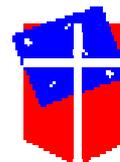
Esta comissão recomenda (...) a adoção pelas igrejas da Comunhão de um Pacto Anglicano comum, que tornaria explícita e vinculante a lealdade e os laços de afeição que governam as relações entre as igrejas da Comunhão. O Pacto abrangeria: o reconhecimento de uma identidade comum; as relações de comunhão; os compromissos de comunhão; o exercício da autonomia em comunhão; e o gerenciamento de assuntos da comunhão (incluindo conflitos)¹⁶.

Claro que é possível acontecer algumas perdas neste movimento do explícito para o implícito. Afinal, por que os poetas escrevem poesia com metáforas e sentidos múltiplos? A poesia mantém a significação aberta e fluída, enquanto a prosa pode às vezes fechá-la e perder ricas nuances. O *Relatório de Windsor* forneceu a seguinte advertência como um dos motivos de adotar o pacto:

A Comunhão não suportaria mais, em qualquer sentido, a perspectiva destrutiva de repetidos conflitos inter-anglicanos em nível mundial, tal como o gerado pela atual crise. Dadas as imperfeições de nossa comunhão e da natureza humana, indubitavelmente haverá mais discordâncias. É nossa co-responsabilidade instituir um mecanismo

¹⁵ *Relatório de Windsor*. Secção C, parágrafo 117. Disponível no *Website da IEAB* <www.ieab.org.br> . Acesso em: jun. 2007.

¹⁶ *Idem*, Secção C, parágrafo 118.



acordado que permita e mantenha a vida em comunhão, e que impeça e gerencie conflitos de comunhão.¹⁷

Ephraim Radner, um dos membros do grupo responsável pelo pacto atual, comenta:

(...) uma das maiores fontes de ansiedade nos últimos anos tem sido a incoerência atual de como decisões são tomadas, como o fato que este processo *ad hoc* era, com antecedência, desconhecido, e daí, em si difícil de confiar, ou de se achar digno de confiança. Comprometermos em um pacto ("covenanting") resolveria essa necessidade e assim, forneceria um 'Sim' comum a um modo de discernir que com tempo e paciência diminuirá as ameaças à estabilidade e se tornará um dom na busca para a verdade em amor.¹⁸

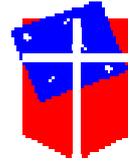
Voltamos nossa atenção à proposta do Pacto Anglicano de Janeiro 2007 (revisado em Abril 2007)¹⁹ que apresenta sete seções: (1) o preâmbulo, (2) A vida que partilhamos: catolicidade, apostolicidade e a confissão da fé comum, (3) nosso compromisso com a confissão da fé, (4) a vida que partilhamos com outros: nossa vocação anglicana, (5) nossa unidade e vida comum, (6) unidade da comunhão, (7) declaração. Quero ir direto ao cume do pacto que está na seção 6. Pode-se discutir sobre a escolha de algumas palavras e frases nas primeiras cinco seções, porém, em geral elas afirmam o que já é reconhecido e comum dentro de nossa Comunhão. Elas se dirigem a um reconhecimento e sensibilização sobre o que é chamado, "nossa interdependência e responsabilidade mútua em Cristo" (5.2). Requerem um reconhecimento e afirmação dos "quatro instrumentos de unidade" (o Arcebispo de Cantuária, a Conferência de Lambeth, o Conselho Consultivo Anglicano, e o Encontro dos Primazes) que "servem para discernir nossa mente comum." Diz o pacto:

Enquanto cada Igreja membro organiza e regula sua própria vida através de seu sistema de governo e lei e é assim descrita como autônoma, cada igreja reconhece que as igrejas membros da Comunhão Anglicana são entrelaçadas, não juridicamente por uma legislação central ou uma autoridade executiva, mas pelo Espírito

¹⁷ Idem, Secção C, parágrafo 119.

¹⁸ Radner, op. cit.

¹⁹ Todas as referências ao "Pacto Anglicano" vêm do rascunho do pacto ("Draft Covenant Text") produzido pelo "Covenant Design Group" de Abril 2007. <www.anglicancommunion.org/commission/covenant/report/draft_text.cfm> . Acesso em: jun. 2007. Infelizmente, até a redação deste artigo, não existia uma tradução oficial da IEAB. Por isso a tradução é minha.



Santo que chama e capacita-nos viver em lealdade e serviço mútuo.
(5.2)

Aqui reside o assunto chave destacado pelo *Relatório de Windsor*: o exercício da autonomia na comunhão, ou seja, o equilíbrio entre o local e o universal, as carências e desenvolvimentos de uma província e o bem comum da Comunhão. É interessante que o pacto fale sobre o Espírito Santo como o meio de inspirar a "lealdade e serviço mútuo" desejados quando o pacto passa rapidamente para discutir os "instrumentos de unidade". O *Relatório de Windsor* falou sobre "um mecanismo acordado que permita e mantenha a vida em comunhão" e a "adoção por cada igreja de sua própria 'lei de comunhão'." O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade, enquanto os "instrumentos," "mecanismo," e "lei de comunhão" são ferramentas de uma instituição. Porém, faz-se necessária uma explicação sobre como migramos da ação do Espírito Santo para os instrumentos de uma instituição.

É a seção 6 do pacto que é mais controversa e realmente o centro da proposta. Vamos começar com a conclusão da seção 6 e depois considerar o a argumentação. Diz o pacto no final:

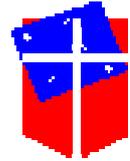
Reconhecemos que nas circunstâncias mais extremas, onde igrejas membros decidem não cumprir a essência do pacto como entendido pelos Concílios dos Instrumentos da Comunhão, consideraremos que tais igrejas terão renunciadas à força e ao sentido do propósito do pacto, e um processo de restauração e renovação será requerido para re-estabelecer seu relacionamento de pacto com outras igrejas membros. (6.6)

Enfim, não cumprir o pacto conduziria uma igreja ao equivalente moderno de excomunhão da Comunhão. Precisamos entender como uma igreja ou mais podem chegar a este triste veredicto. O caminho esboçado pelo pacto requer que igrejas da Comunhão:

... procurem a orientação dos Instrumentos de Comunhão, onde há assuntos que estão em plena discussão entre igrejas e que não podem ser resolvidos por admoestação e conselho mútuo:

- 1.) pela submissão do assunto ao Encontro dos Primazes;
- 2.) se os Primazes acreditam que o assunto não trata sobre algo já consensual, eles procurarão ao consenso com os outros instrumentos e seus concílios;
- 3.) finalmente, nesta base, os Primazes oferecerão orientação e instruções. (6.5)

Em resumo, uma igreja deixaria de ser membro do pacto anglicano se ela



recusasse a aceitar as orientações e diretrizes dos Primazes depois de um processo de discernimento. Notamos que a seção 6.5 coloca muita importância e poder nas mãos dos Primazes. Eles e elas são o meio para realmente dirigir o processo a uma conclusão. Radner pensa que isso não seria problemático:

Isso não significa que os Primazes devem ou podem constituir algum super-poder para tomar decisões ou uma 'cúria' para a Comunhão como alguns alegaram. Ao contrário, uma investigação cuidadosa do processo de discernimento proposto no Pacto deixa bem clara a índole conciliar pela qual os Primazes trabalhariam de um modo especial, em circunstâncias excepcionais.²⁰

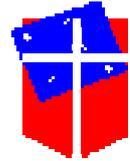
Mesmo que Radner jure que os primazes "combinam representação mundial e conselho coerente", é digno de nota que essa seja uma opção que não fortalece a voz leiga dentro da Igreja.

Levanto três preocupações sobre o processo articulado na seção 6 que trata em geral com o equilíbrio entre a autonomia das Províncias e o bem comum da Comunhão. Concordo que a questão do equilíbrio é justamente o centro do assunto e não quero desafiar a suposição principal que uma autonomia sem consciência de seus relacionamentos com seus vizinhos provinciais seria uma compreensão empobrecida do evangelho. Não obstante, ainda tenho certas inquietações:

1) A proposta afirma que os "Instrumentos da Comunhão não têm autoridade jurídica ou executiva em nossas Provinciais", todavia, "reconhecemo-los como aqueles órgãos através dos quais nossa vida comum em Cristo é articulada e sustentada, e assim, têm uma autoridade moral que merece respeito" (6.4). Porém, parece existir um certo equívoco aqui. Os instrumentos da Comunhão só têm "autoridade moral", mas a seção 6.5 e 6.6 muda as referências de uma autoridade moral e pessoal para um processo e veredicto institucional que pode ter como consequência a saída da Comunhão. Se o Arcebispo de Cantuária decide não convidar certos bispos à Conferência de Lambeth, isso não é uma decisão apenas "pessoal ou moral", mas que tem consequências institucionais. Se igrejas não podem seguir as orientações e diretrizes dos primazes no final de um processo, a decisão de que isso constitui uma quebra do pacto ficaria com os Primazes e os outros instrumentos da Comunhão e teria não apenas consequências morais, mas institucionais também. Então, minha pergunta é: quando a autoridade moral se torna autoridade institucional, jurídica ou executiva?

2) Preocupam-me as situações confusas que o processo pode gerar. A pergunta é: como os assuntos "em séria discussão entre as igrejas" (6.5) ou "os

²⁰ Radner, op. cit.



assuntos que ameaçam a unidade da Comunhão e a eficácia de sua missão” (6.4) são, de fato, identificados e por quem? O “Apêndice Dois: Proposta para o Pacto Anglicano” do *Relatório de Windsor*, Artigo 20.1, diz: “Algumas questões tratadas em cada igreja podem ter caráter duplo, que consiste de elementos de preocupação interna (doméstica) e preocupação externa (comum) para a Comunhão Anglicana.” Isso levanta a dificuldade na identificação de possíveis assuntos para consideração e a sutileza do discernimento requerido.

Tomo como exemplo o caso da IEAB contra o Bispo Robinson Cavalcanti, o bispo anterior da Diocese Anglicana do Recife. Conforme o ponto de vista da IEAB este caso foi primeiramente uma “preocupação interna,” para utilizar a linguagem do *Relatório de Windsor* e um exercício da autonomia legítima da IEAB: Robinson foi processado pelo supremo tribunal eclesiástico da IEAB e o veredicto foi que o bispo tinha transgredido leis canônicas da IEAB tendo perdido sua jurisdição episcopal. Porém, o Bispo Robinson aproveitou a situação política da Comunhão Anglicana para apelar às forças conservadoras, alegando ter sido vítima de perseguição contra evangélicos e que somente ele estava sustendo a posição oficial da Comunhão Anglicana sobre a questão da sexualidade humana. Assim ele conseguiu transformar um assunto interno da IEAB em parte de uma disputa maior dentro da Comunhão, com algumas províncias reconhecendo sua autoridade episcopal. Tal foi a confusão que Bispo Robinson causou aproveitando-se da cautela e silêncio do Palácio de Lambeth. Dois anos após o afastamento do Bispo Robinson o Arcebispo de Cantuária enviou dois bispos emissários com uma “missão pastoral” ao Recife em 2006 para visitar os bispos e o clero das duas dioceses agora existentes. Sabemos que o Bispo Robinson Cavalcanti foi um dos bispos que não recebeu um convite oficial pelo Arcebispo de Cantuária para a Conferência de Lambeth de 2008. Assim, o fato de que nem o Palácio de Lambeth nem o Encontro dos Primazes tenham agido com rapidez, mostra que este caso não é um assunto “que ameaça a unidade da Comunhão e a eficácia de sua missão.”

No entanto, embora o momento de tensão tenha passado na IEAB, mesmo até o final dos vários encontros entre bispos brasileiros e o Arcebispo de Cantuária em 2006, não ficou claro se o assunto não seria processado pelo Painel de Referência, ou seja, que o assunto não era um tema de preocupação para toda a Comunhão. Houve muita confusão e preocupação sobre quem realmente teria o direito de interpretar este caso. Este exemplo mostra a falta de clareza a respeito de um assunto ser escolhido para ser avaliado pelos “Instrumentos da Comunhão.” Também exhibe a preocupação de que a própria política da Comunhão Anglicana, ou digamos forças políticas e partidárias possam interromper e distorcer a avaliação de um determinado assunto. Ao mesmo tempo, reconheço que esse fato e a inércia do Palácio de Lambeth podem também ser utilizados como bons motivos para a adoção de um pacto, ou seja, pode-se argumentar que o Palácio de Lambeth ficou quieto justamente porque não existia um “mecanismo” legítimo para tratar com



essas disputas. Porém, não penso que este argumento tenha muita força, porque não é certo que no futuro, com o Pacto, as coisas seriam mais claras.

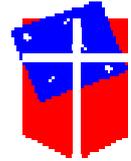
3) Repetidas vezes o documento do pacto se refere à busca de uma "mente comum" (5.2, 6.3, 6.5) dentro da Comunhão Anglicana. Lembramos a exortação do Apóstolo Paulo aos Coríntios, "Sede consolados, sede de *um mesmo parecer*, vivei em paz; e o Deus de amor e de paz será convosco" (II Co 13.11). Evidentemente, se cristãos são chamados a viver em comunidade e em comunhão, a busca pelo consenso e o bem comum é vital. No entanto, às vezes a busca pela mente comum pode se tornar uma máscara para a tirania da maioria, dos mais poderosos ou a tentativa de impor uniformidade. Dado este perigo, penso que é importante salientar três qualificações. Em primeiro lugar, a "mente comum" deve ser vista não como a mente da maioria ou do grupo mais influente com a maior voz, mas realmente como uma tentativa de reconciliar todos. Além disso, a mente comum não pode ser apenas a mente maior, porque deve ser, nas palavras de Paulo, um esforço para revestir-se com "a mente de Cristo" (I Co 2.16). Em segundo lugar, a busca pela mente comum não é a acomodação de mentes predeterminadas, mas uma transformação da mente: "transformai-vos pela renovação do vosso entendimento" (Rm. 8.6; Ef 4.23). Com esta perspectiva a pergunta se torna: o que precisamos fazer para nos revestir com a "mente de Cristo"? Segui-lo mais e mergulhar mais profundamente no mistério do amor de Deus. Em terceiro lugar, não podemos levantar um discurso sobre a busca pela mente comum sem respeito pelas diferenças e particularidades dos outros. Se pretendemos evitar o perigo da uniformidade, temos de sempre respeitar a pluralidade e particularidade que habita também no ser triúno de Deus.

Não considero que estas reflexões ou preocupações constituam objeções definitivas à proposta do pacto. Porém, várias vezes na Comunhão têm argumentado contra o pacto.

Objeções e Contra-Respostas à Proposta para um Pacto Anglicano.

A primeira objeção levantada ao Pacto Anglicano é que isso seria uma invenção, uma novidade na Comunhão Anglicana. Como a Cônega Marilyn McCord Adams, teóloga norte-americana e professora de teologia na Universidade de Oxford, diz: "A Comunhão Anglicana tem sido uma federação de igrejas nacionais juridicamente independentes com ligações históricas com Cantuária."²¹ Parecer uma novidade não é necessariamente uma boa razão para rejeitá-lo, afinal, os Credos

²¹ ADAMS, M. McCord. **Leaven in the Lump of Lambeth**. Disponível no Website do *Episcopal Café* < www.episcopalcafe.com/lead/anglican_communion/leaven_in_the_lump.html > . Acesso em: abr. 2007.



da Igreja Antiga, de certo modo, também poderiam ser vistos como “novidades” na época. Porém, o argumento baseia-se mais em afirmar que o Pacto é uma invenção desnecessária. Assim, outra teóloga americana, professora das Escrituras Hebraicas em *Yale Divinity School*, pensa que nossa unidade em Cristo, em si, torna redundante a proposta de um pacto. Escreve Sharp:

Nosso compromisso com nosso Senhor Jesus Cristo já deve nos manter numa conversa amorosa e paciente a respeito de todos os assuntos de importância para a Igreja e o mundo. As pessoas para quem nossa unidade em Cristo não é razão suficiente para permanecer em diálogo não estarão mais dispostas a escutar os cristãos com quem discordam se estabelecemos um novo e fraco instrumento político [ou seja, o pacto].²²

Por outro lado, podemos perguntar se esta confiança na “unidade em Cristo” de todos os cristãos é geral. A unidade que temos em comum em Cristo não impediu as divisões entre as denominações cristãs. Por que o pacto não poderia ser mais uma articulação e expressão útil desta unidade em Cristo que ajudaria no cumprimento de nosso compromisso comum? E a respeito da crítica que o pacto é uma invenção desnecessária, Radner responde:

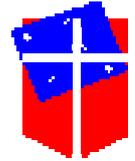
A estrutura e ordem proposta [do pacto] não é, de modo algum, uma invenção como alguns alegaram, mas uma tentativa de expor, de fato, (e com deliberação responsável) como os assuntos estão sendo resolvidos. A Seção 6 pode ser lida como uma história das últimas décadas da vida em conselho da Comunhão Anglicana.²³

David Edwards argumenta que não só a proposta de um Pacto Anglicano não condiz com a natureza do Anglicanismo, mas que “tentativas de afirmar a base da doutrina anglicana” na história de nossa igreja nunca produzem resultados duradouros. Elas refletem muito mais a situação dos grupos envolvidos em sua criação e nos problemas da época e isso os torna, conseqüentemente, desatualizados.

Em 1880 [com o Quadrilátero de Lambeth], a riqueza do Império Britânico foi o contexto do encontro dos bispos no Palácio de Lambeth, mas os efeitos arrasadores das guerras do século 20 contribuíram para a tolerância e o encorajamento da releitura radical envolvida no relatório de 1968 da Comissão de Doutrina dominada por teólogos das

²² Sharp, Carolyn. *Our Unity is in Christ*.
<www.sarmiento.plus.com/documents/Our_unity_is_in_Christ.html> Acesso em: jun. 2007.

²³ Radner, op. cit.



universidades de Oxford e Cambridge. Quarenta anos depois, a Conferência de Lambeth [de 2008] será dominada por uma reação contra tal liberalismo por bispos que sentem a necessidade de uma identidade clara na missão da Igreja, seja no contexto britânico agora fortemente secular, seja num mundo onde as religiões não-cristãs têm se renovado vigorosamente. Porém, não é provável que o novo Pacto Anglicano forneça uma identidade permanente. Como outros substitutos da autoridade dos Trinta e Nove Artigos, ele evita qualquer afirmação clara dos motivos para a diversidade ou falta da unidade anglicana.²⁴

Podemos dizer que qualquer documento é condicionado por seu contexto. Nem mesmo os credos ecumênicos da Igreja fogem disso. No entanto Edwards parece estar dizendo que o Pacto não será duradouro porque fica limitado por seu contexto e assim não alcança uma posição abrangente que reflita a realidade e verdade da diversidade Anglicana.

Embora Edwards não tenha elaborado razões detalhadas para seu argumento de que o Pacto falhará como expressão da convivência da Comunhão, sua observação de que não atingirá o problema entre diversidade e unidade no Anglicanismo chama nossa atenção. É um ponto de vista compartilhado também por Sharp:

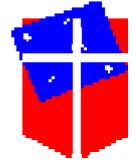
O gênio do Anglicanismo é sua inclusividade ("comprehensiveness") graciosa que permite pluriformidade, suas teologias e hermenêuticas que são responsivas em seus contextos diversos através da Igreja global. Nossa diversidade como anglicanos honra os contextos particulares nos quais ministramos e assim honra a própria Encarnação de nosso Senhor.²⁵

Esta ênfase na contextualidade da prática e expressão da Igreja é uma feição histórica do Anglicanismo que é salientada no Artigo XXXIV dos Artigos da Religião (1571), que fala sobre "as tradições da Igreja."

A proposta do Pacto Anglicano tem uma resposta a esta crítica? Se tem, é difícil encontrá-la. A autonomia das Províncias só é mencionada no contexto do equilíbrio de uma consciência do "bem comum," a "mente comum," e a "responsabilidade mútua e disciplina." A única vez em que o documento se refere à "adaptação local" às "necessidades das nações e dos povos chamados por Deus" é num sub-item a

²⁴ Edwards, D. *Clearly Defined Anglicanism*. *Church Times* Issue 7517. Disponível na Internet, no website do Church Times: < www.churchtimes.co.uk/content.asp?id=37115> . Acesso em: abr. 2007.

²⁵ Sharp, op. cit.



respeito do episcopado histórico (5.1). Em outras palavras, nenhuma explicação é oferecida sobre a contextualidade da Comunhão Anglicana, ou como a Comunhão respeita a diversidade e permite pluralidade de práticas, teologia e costumes a respeito das coisas que são adiáforas (literalmente coisas que não fazem nenhuma diferença), ou seja, as coisas que não são essenciais à fé.²⁶ Isso é interessante já que muitos dos desacordos dentro da Comunhão Anglicana atualmente têm muito a ver com questões culturais e contextuais. A cultura norte-americana aonde os direitos gays e lésbicas são muito mais articulados, também está promovendo a integração dos gays praticantes em todos os aspectos da vida da Igreja, inclusive o episcopado, enquanto na África, especialmente em países em que há forte presença muçulmana e em partes do Extremo Oriente, há culturas que são bastante fechadas ao homossexualismo. Obviamente o quadro da Comunhão é bem complexo, com “conservadores” nos Estados Unidos e “liberais” em partes da África. Porém, ninguém pode subestimar o papel de cultura no estado da Comunhão Anglicana atualmente.

A cultura não é o único assunto no pano de fundo das controvérsias na Comunhão hoje em dia. O outro tema bem central é a questão da hermenêutica bíblica, que nitidamente não pode ser divorciada de cultura. Carolyn Sharp argumenta que o documento provisório do Pacto não deve acrescentar à afirmação dos Artigos da Religião que “a Escritura Sagrada contém todas as coisas necessárias para a salvação” (Artigo VI) “que a Escritura é ‘a regra e última padrão da fé’²⁷ – entendido tacitamente como algo cumprido juridicamente – a menos que estejamos preparados para explicar as consideráveis nuances de nossa posição hermenêutica”. Ela fala sobre a “multivocalidade” da Escritura e “as múltiplas escolhas hermenêuticas que devem ser feitas por cada crente inteligente e responsável quando lê a Bíblia em comunidade.” Sharp quer evitar o perigo de se utilizar as Escrituras “como uma arma para julgar e desprezar os crentes que não concordam com o reducionismo ou fundamentalismo bíblico.”²⁸ Na seção 3.1 do Pacto, as igrejas-membros são solicitadas a se comprometer com “valores morais derivados da Bíblia e com a visão da humanidade recebida e articulada na comunhão de Igrejas que são membros.” Infelizmente, esta frase causa a impressão de que existe em algum lugar um

²⁶ O *Relatório de Windsor* descreve o conceito de *adiáfora* na seguinte forma: “os anglicanos sempre reconheceram uma distinção chave entre doutrinas centrais da igreja e aquelas sobre quais as diferenças podem ser toleradas sem pôr em perigo a unidade. Paulo admoestou os cristãos de Corinto e de Roma a reconhecer alguns assuntos nesta maneira (o que comer ou não comer é um exemplo). Quando alguma coisa é vista desta maneira, uma igreja em particular, seja qual for o nível, pode tomar suas próprias decisões sobre o assunto”. O *Relatório de Windsor*. Seção A, 36., refere-se também a Seção B, parágrafos 87 até 96. Os textos bíblicos sobre que refere, são: Rm. 14.1-15; 1 Co 8-10.

²⁷ O *Pacto Anglicano* (Abril 2007), Seção 2.2. De fato esta frase vem do Quadrilátero de Lambeth de 1888.

²⁸ Sharp, op. cit.



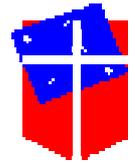
depósito, um armazém de valores certos e uma única visão afirmada. No entanto, este depósito ou armazém sonhado não existe e não existirá. Embora na abordagem epistemológica dos anglicanos a Bíblia sempre se tenha reconhecido a autoridade da Bíblia, isso não resolve a questão da “multivocalidade da Escritura” ou a questão da hermenêutica. A frase “valores morais bíblicamente derivados” não dá resolve as questões: Com qual hermenêutica se pretende derivar os “valores bíblicos”? Quem interpretará e derivará os valores e em qual contexto?

A frase “a visão recebida da humanidade” também é muito ingênua. Não é evidente que a Bíblia em si mesma contenha só *uma* visão da humanidade. Então como a Comunhão Anglicana pode desenvolver esta visão num contexto multicultural e social, com várias tradições eclesiais já existentes que têm hermenêuticas diferentes? Desse modo, é difícil não concluir que mais uma vez em sua busca do fortalecimento da unidade da Comunhão, os que produziram o Pacto proposto tenham negligenciado o próprio lugar de diversidade na Comunhão, desta vez com respeito à questão de hermenêutica. Porém, o Pacto deve buscar o equilíbrio, e não permitir o fortalecimento de certo entendimento da unidade à custa do legítimo lugar da diversidade e da contextualidade.

Sabemos que a inter-relação entre diversidade/particularidade e unidade é fundamental ao conceito da Divina Trindade. É importante salientar, no desenvolvimento da teologia trinitária da Igreja Antiga do século 4, (particularmente os Pais Capadócijs), que o termo em grego *ousia* (essência ou ser comum - *ousias koinotas*, comunhão de essência) não foi a única maneira de afirmar e assegurar a unidade da Trindade contra o triteísmo (a crença em três deuses).²⁹ A diversidade e particularidade das “Divinas Pessoas” da Trindade (*hypostaseis*) também é integral à unidade de Deus, no sentido que o Pai, o Filho e o Espírito Santo só existem em relação uns com os outros. A unidade da Trindade não foi afirmada apenas a partir do conceito de *ousia*, mas também na comunhão (*koinonia*) das “pessoas” (*hypostaseis*) que se relacionam numa permuta de amor e identidade que foi chamado *perichoresis* (interpenetração).³⁰ Enfim, se na doutrina da Trindade a unidade e a

²⁹ Para um tratamento do desenvolvimento da teologia trinitária ver: Fermer R.M. *The Limits of Trinitarian Theology as a Methodological Paradigm. Neue Zeitschrift für Systematische Theologie und Religionsphilosophie*, n. 41, p. 158–186; Bingemer M. C. e Feller, V.G. *Deus Trindade: a Vida no coração do mundo*. São Paulo: Paulinas.

³⁰ Calvani está seguindo o mesmo caminho quando cita *El Dios Uno y Trino*, de Gisbert Greshake: “a unidade só se justifica se ela expressar de modo plural: no ser/estar *com*, em reconhecimento do outro, em mútua troca e complementação. E a pluralidade só se justifica se toda nossa diversidade – a riqueza da alteridade – confluir em doação mútua e na unidade do amor.” Calvani, Carlos. “O Mito da Comunhão Anglicana: Entre a Mediocridade e a Inclusividade,” *Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana no Brasil. O Conceito de Inclusividade*. Londrina: IEAB, 2004. p. 26.

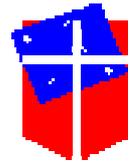


diversidade/particularidade podem ser vistas como essenciais à articulação e composição da *comunhão* de Deus, por que na Comunhão Anglicana o Pacto proposto também não pode refletir esta dinâmica e valorização? Precisamos em nossa Comunhão, no momento, de uma articulação maior do lugar da diversidade e pluralidade em interligação com a unidade, mais do que o individualismo que afirma que cada província ou pessoa podem simplesmente tomar decisões isoladamente, e isto diz respeito à responsabilidade mútua e à preocupação e interesse pelo bem comum.

Penso que possamos receber muita inspiração do diálogo com a vida religiosa, que também é parte da Comunhão Anglicana. Os religiosos podem oferecer uma perspectiva especial e concreta sobre o luta e a graça de viver em comunidade. É pertinente que as ordens religiosas anglicanas tenham regras de vida, ou seja, “pactos” que orientam e ajudam a conduzir a vida comunitária. São Bento, cuja regra age como modelo, descreveu a comunidade como “uma escola do serviço (às vezes traduzida como ‘caridade’)”³¹ e notavelmente não fala em sua *Regra* sobre assuntos doutrinários. A unidade da comunidade é feita na prática da expressão das virtudes cristãs – humildade, longanimidade, amor e caridade, domínio próprio e temperança, ou seja, os frutos do Espírito (Gálatas 5.22) e não apenas na afirmação de crenças ou doutrinas. Acredito que seja na prática e no entendimento de elementos tão centrais na vida religiosa, como hospitalidade e obediência mútua (obediência entendida principalmente como *escuta*) e as outras virtudes já mencionadas, que podemos aprender a encontrar, através da experiência, o relacionamento entre unidade e diversidade/particularidade. Citarei um trecho da regra mais nova (1997) da *Sociedade de São João o Evangelista (The Society of St. John the Evangelist, abreviada como S.S.J.E.)* que é uma das comunidades monásticas mais antigas na Comunhão Anglicana, fundada em 1866, sobre “Os Desafios da Vida Comunitária”:

O primeiro desafio da vida comunitária é aceitar com todo nosso coração a autoridade de Cristo para chamar quem Ele quer. Nossa comunidade não é formada pela atração natural de pessoas da mesma opinião. Somos entregues uns aos outros por Cristo e Ele nos chama a aceitar uns aos outros como somos. Por nossa inabituação n’Ele podemos nos unir em amor mútuo que é mais profundo do que simples atração pessoal. Aceitação mútua e amor nos chamam a valorizar nossas diferentes experiências de vida (background), temperamento, dons, personalidade e estilo. Somente quando os reconhecemos como fontes de vitalidade somos capazes de abandonar nosso lado competitivo e ciumento. (...)

³¹ São Bento escreve: “Constituenda est ergo nobis dominici schola servitii” (“Devemos, pois, construir uma escola do serviço do Senhor.”) “Prólogo”, *A Regra de São Bento*, tradução Dom Basílio Penido, OSB (Petrópolis, Vozes, 1993), p. 14.



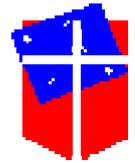
Somos chamados a aceitar com compaixão e humildade a fragilidade, complexidade e incompletude particular de cada irmão. Nossa diversidade e nossa fraqueza significam que tensões e atritos são inevitavelmente entrelaçados no tecido do cotidiano. Não devem ser vistos como sinais de fracasso. Cristo pode utilizá-los para nossa conversão enquanto crescemos em paciência mútua e aprendemos a abandonar o orgulho que nos dirige para controlar e reformar nossos irmãos conforme a nossa perspectiva.³²

Julgo que estas palavras, aliadas à experiência e a prática que as sustentam têm muito a nos ensinar sobre nossa abordagem da crise na Comunhão Anglicana e do que é viver a verdadeira comunhão.

É realmente possível assegurar o lugar legítimo da diferença e particularidade em algo escrito como um pacto? O que podemos vislumbrar sobre este assunto? Podemos imaginar a afirmação da distinção entre o que é essencial e o que não é essencial, a adiáfora. Porém, esta distinção deixa muito espaço para interpretações diversas e conflitos hermenêuticos. Por exemplo, a respeito da questão do homossexualismo na Igreja, o lado conservador argumenta que é justamente um assunto da essência do cristianismo porque é sobre a verdadeira interpretação da Bíblia e princípios éticos bíblicos da primeira ordem. O ramo mais liberal da Igreja pode discordar, dizendo que várias interpretações da Bíblia têm que ser aceitas (multivocalidade) e que, de qualquer forma, a questão da orientação e prática sexual não são coisas essenciais à fé, mas adiáforas. No meio desta discordância fica uma terceira opção que não concorda plenamente com nenhum lado, mas considera o assunto saliente porque ameaça a verdadeira unidade da Igreja que é essencial. Esta posição também pode fechar o diálogo e o espaço de diversidade legítima, se a causa da unidade se transformar em busca de uniformidade e hegemonia de um grupo. Assim, sem a afirmação ou aceitação de certo alcance para o lugar de diferença e particularidade a fim de resguardar o espaço para a discordância e o tempo amplo de encontrar uma reconciliação, nenhum pacto assegurará o domínio legítimo da diferença e particularidade.

“O Mito da Comunhão Anglicana”: o Dualismo de Instituição versus Comunhão ou o Mito do Bicho-Papão.

³² SSJE North American Congregation, *Living in Hope. A Rule of Life for Today*. Norwich: Canterbury Press, 1997. p. 10–11.



No provocante artigo, “O Mito da Comunhão Anglicana: Entre a Mediocridade e a Inclusividade,”³³ Carlos Calvani escreve:

O que estou afirmando é que a palavra “Comunhão Anglicana” expressa muito mais um propósito e uma disposição assumidos por cristãos e cristãs de orar uns pelos outros, apoiar-se mutuamente, trocar experiências e crescerem juntos respeitando suas diferenças. Mas daí a aplicar o conceito teológico de Comunhão a relacionamentos institucionais é um arriscado contrabando teológico. Instituições não são capazes de manter comunhão. Instituições mantêm, no máximo acordos bilaterais enquanto for conveniente para ambas as partes. Quem mantém comunhão são pessoas.³⁴

Cito Calvani aqui porque seu artigo reflete uma tendência também encontrada em vários teólogos que escrevem contra o Pacto Anglicano. A Professora Sharp, por exemplo, escreve: “Porém, nenhum documento eclesiológico poderia garantir o que já deve ser escrito em nossos corações.”³⁵ A Profa. McCord Adams é ainda mais enfática: “O corpo orgânico é um modelo político fascista/ marxista: assim como o corpo é anterior a seus órgãos e os órgãos existem e recebem sua identidade e *raison d’être* do corpo e suas funções; o corpo é anterior aos indivíduos, que recebem sua identidade e *raison d’être* da totalidade social.”³⁶

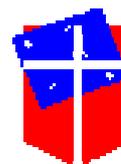
Em certo sentido é nitidamente evidente que, “quem mantém comunhão são pessoas”, que “nenhum documento eclesiológico poderia garantir” uma expressão dessa comunhão, e que um “corpo orgânico” abstrato e concebido como anterior às pessoas é opressivo. Porém, em outro sentido estas palavras não refletem uma valorização realista do lugar da vida institucional. A instituição é vista como um tipo de bicho-papão. Todavia, instituições são as expressões de relacionamentos entre pessoas. São parte de nossa composição humana, como seres de carne e sangue, linguagem e símbolos, e especificamente, de nosso nexos *social*. Quem mantém comunhão são pessoas animadas pela graça do Espírito Santo. Mas não são também pessoas com a graça do Espírito que constituem e sustentam as instituições da Igreja? Nesta perspectiva, pensar em seres humanos sem instituições é tanto fora da

³³ *Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana no Brasil. O Conceito de Inclusividade*. Londrina: IEAB, 2004. p. 9–30. Calvani afirma que está utilizando o conceito de mito: “no sentido antropológico do termo. Não como algo irreal, falso, ou uma mentira, mas como explicação simbólica de certas relações sociais” (idem., p. 16). Porém, o jogo na palavra “mito” é bem evidente no artigo e nem sempre ajuda a evitar a impressão de um certo desprezo à respeito da instituição da Comunhão Anglicana.

³⁴ Idem, p.16.

³⁵ Sharp, op. cit.

³⁶ Adams, op. cit.



realidade como imaginar criaturas humanas sem corpos, idiomas e símbolos de comunicação. Ser cristão/cristã é ser membro do Corpo de Cristo e toda a vida criada por Deus existe numa ordem relacional e visa à comunhão. Nossas instituições são maneiras que utilizamos para nos organizar e relacionar e são importantes na realização do trabalho maior de alcançar o cerne da visão cristã. Cremos que Deus inspira a vida das instituições da Igreja, embora isso não deva ser motivo para nos tornar ingênuos quanto às instituições. Concordo plenamente com Professora McCord Adams quando ela afirma que instituições sempre incorporam “males sistêmicos, estruturas de crueldade que oprimem e degradam”.³⁷ Isso, lamentavelmente é inevitável porque o pecado humano penetra as redes sistêmicas do ser humano. No entanto, seria um tanto ingênuo afirmar que instituições não sejam também expressão de comunhão ou, por outro lado, que instituições sejam um mar de rosas! A própria teologia de libertação trabalha não exatamente para eliminar instituições como parte do palco da existência humana, mas para transformá-las, como McCord Adams diz, “ser vigilante, tomando cuidado com os males sistêmicos, desmascarando-os e trabalhando para arrancá-los.” Concordo também com McCord Adams quando ela afirma que:

Instituições humanas sociais não são fins em si. Sua *raison d'être* é transformar-se em meios jeitosos [*skillful means*, um conceito de fato budista], para nos treinar em maneiras que nos ajudarão como indivíduos e seres humanos juntos a se estender na direção de nossa meta transcendente de honrar e glorificar o Deus que nos criou, o que nós somos e fazemos, por nosso modo de conviver.³⁸

Não sei se há instituições no Céu. Certamente há ordem, mas não instituições. No entanto, aqui na terra elas são expressão de nossa vida e a respeito da qual não devemos mostrar nem desconfiança total, numa extrema hermenêutica de suspeita, nem uma confiança sem sentido crítico.

Nesta perspectiva, a Comunhão Anglicana envolve os relacionamentos pessoais e institucionais e não devemos tentar afastá-los num dualismo. Por exemplo, sou missionário no Brasil da Igreja da Inglaterra. Tenho relacionamentos pessoais com várias pessoas da IEAB. Podemos falar sobre a qualidade de comunhão nas conversas, nas trocas, no trabalho juntos e no partilhar o louvor e os sacramentos no círculo de membros da IEAB com quem me relaciono. Entretanto, seria errado dizer que estes relacionamentos e atividades juntos não são expressões da Comunhão Anglicana. São, sim! Estou aqui porque a Comunhão Anglicana existe. Minha presença é uma expressão institucional, não porque sou representante particular da instituição, mas por causa do relacionamento

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.



institucional (e também pessoal) entre a USPG e a IEAB, e no nível mais geral, o relacionamento entre as provinciais da Igreja da Inglaterra e a província do Brasil. É perfeitamente possível, digamos, que meu relacionamento de amizade com Humberto Maiztegui possa ter brotado sem a instituição da Comunhão, mas de fato não foi isso o que aconteceu. Nossa amizade se criou por causa do fato de um relacionamento da Comunhão que facilitou a amizade pessoal. A identidade de uma pessoa é múltipla e as camadas são separadas com dificuldade: a(s) identidade(s) de trabalho, institucionais (membro de ...), de amizades, de relacionamentos afetivos, de partes de nossas complexas personalidades etc.

A mesma coisa é verdade quando tratamos da vida de pessoas em grupos. Calvani pode ter razão quando afirma que o termo 'Comunhão Anglicana' expressa muito mais um propósito e uma disposição assumidos por cristãos e cristãs de orar uns pelos outros, apoiar-se mutuamente, trocar experiências e crescerem juntos respeitando suas diferenças",³⁹ mas de fato isso nesta terra é justamente uma parte importante de nossas tentativas de expressar a comunhão à qual somos chamados e realizar a amplitude do Corpo de Cristo. Calvani escreve, "O amor de Deus pouco tem a ver com nossas querelas institucionais".⁴⁰ No entanto, se levarmos a sério a experiência de São Bento de que comunidade é a "escola do serviço [de caridade]", temos que acreditar que mesmo nas vergonhas e insignificâncias de nossas querelas institucionais, Deus está nos ensinando o caminho do verdadeiro amor. "A 'Comunhão' não é sustentada pelo consenso de idéias," afirma Calvani, "mas pela disposição de aceitar o/a outro/a com suas diferenças, assim como Cristo nos acolhe e nos acerta."⁴¹ Foi exatamente a ausência dessa disposição na proposta do Pacto Anglicano proposto de articular o aspecto de diversidade/ particularidade que foi questionada acima, mas isso não é motivo para jogar fora a Comunhão ou excluí-la como parte da expressão do que é a encarnação da comunhão entre cristãos, ou acabar com a busca do bem comum.

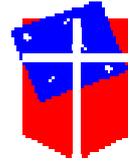
A Esperança e a Promessa da Comunhão

Em sua regra de vida, a Sociedade de São João o Evangelista (SSJE) oferece "nossa Regra para reflexão pública a fim de que outros grupos cristãos possam encontrar um estímulo e recurso quando consideram sua missão coletiva e seu modo de vida." Em outras palavras, há o reconhecimento que uma regra de vida é útil, não apenas para ordens religiosas, mas para vários tipos de grupos cristãos. Pode ser que a Comunhão Anglicana seja um destes grupos? A regra da SSJE continua:

³⁹ "O Mito da Comunhão Anglicana," p.16.

⁴⁰ "O Mito da Comunhão Anglicana," p. 29.

⁴¹ Idem., p. 17.



Uma regra de vida é basicamente uma articulação, uma penetração à clareira da luz de consciência, de valores, práticas, hábitos, e conceitos que, do contrário, ficariam tácitos, dados por algo certo. Enquanto estas coisas estão inconscientes na vida do grupo, seu poder e realidade são ofuscados e abafados. Depois que elas são identificadas, nomeadas, possuídas e celebradas, sua energia latente é liberada. Podemos colocar da seguinte maneira: cada grupo já tem, num sentido, uma regra de vida – seus valores e modos de fazer coisas. O desafio é identificar e autenticar o que são. Um grupo pode se tornar uma expressão de comunidade mais verdadeira quando é capaz de articular a própria regra que lhe é implícita.⁴²

Frisamos acima a observação de que cada grupo já tem uma regra de vida implícita. É claro que a Comunhão Anglicana tem encontrado novos desafios em sua vida comum que exigem releitura e a reconsideração dos valores, práticas, hábitos e conceitos que governam a convivência das Igrejas membros. Por isso a Comunhão precisa articular com mais discernimento quais são os princípios tácitos adotados na prática da convivência e identificar também os desenvolvimentos necessários para tratar melhor os novos desafios. A SSJE testemunha que, “Nossa experiência na Sociedade de São João o Evangelista sugere que o processo de criar uma regra de vida, embora bastante extenuante, é extremamente compensador”.⁴³ Uma regra é apenas um veículo e não um fim em si. Não é à toa que São Bento escreve no último capítulo da *Regra* que fala sobre a vida espiritual além da letra da regra: “as coisas maiores (...), aos pontos mais altos da sabedoria e das virtudes, você há de chegar com a proteção de Deus.”⁴⁴ Porém, isso não quer dizer que a *Regra* pouco importa. Ao contrário, para São Bento a regra fornece uma “certa honestidade na maneira de viver e algum início de vida religiosa”.⁴⁵ Se a proposta do “Pacto Anglicano” serve para algo, deve estimular uma maior *honestidade* sobre o modo como convivemos enquanto Comunhão e fornece como base, algum *início* de um caminho mais profundo, renovado em cada geração, a fim de participar mais intensamente na comunhão de Deus. O importante é não confundir o ponto de partida ou os meios úteis com o fim.

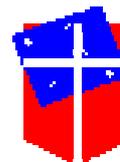
Não vejo porque um processo de criar um “Pacto Anglicano”, ou seja, orientações e compromissos a respeito da convivência da Comunhão, conduzido com sensibilidade e justiça, não possa também ajudar a Comunhão a viver sua vida comum com mais profundidade e realizar ainda mais a verdadeira comunhão,

⁴² Living in Hope, p. 121.

⁴³ Idem., p. 123

⁴⁴ *A Regra de São Bento*, capítulo VXXIII, 9, p. 118 – 119.

⁴⁵ Idem., capítulo VXXIII, 1, p. 118.



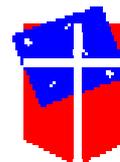
embora seja sempre apenas um ponto de partida. Obviamente a Comunhão Anglicana não é uma entidade compacta como uma comunidade religiosa; é uma realidade muito mais complexa e dispersa. Porém, isso não deve impedir a tentativa de articular a vida comum, com respeito às diferenças e o “espaço católico”,⁴⁶ ou seja, o espaço necessário para a Igreja abraçar a totalidade, o “mistério do total”, o verdadeiro sentido da catolicidade. Não vejo porque este processo precisa ser por definição uma tentativa de criar uniformidade ou “aumentar as maneiras através das quais tentamos impor silêncio uns aos outros e constranger o trabalho poderoso do Espírito Santo”.⁴⁷ Vejo esperança no processo de dialogar dentro de um compromisso comum.

Enquanto Comunhão precisamos pensar o que complementaria e aprofundaria o Pacto Anglicano em suas bases. Observei no início deste artigo o fato que o Anglicanismo em seu início teve como um dos principais focos de unidade a liturgia e oração comum, a tradição do *Livro de Oração Comum*. A Igreja é realizada nesta perspectiva por sua própria prática e não apenas por doutrinas ou confissões e assim tem uma *eclesiologia litúrgica*. Precisamos repensar o que seria necessário para renovar em nossa Comunhão a centralidade e nosso foco na vida de louvor, oração, participação nos sacramentos e a leitura da Bíblia dentro deste nexos em comunidade. Neste contexto é mais possível encontrar uma hermenêutica bíblica equilibrada pelo próprio discernimento requerido em oração. Também o entendimento de que a leitura da Bíblia feita na minha comunidade ou meu grupo deve se relacionar com as leituras dentro de nossa oração comum através dos tempos e dos lugares – graças a Deus pelo Lecionário - radicalmente relativiza qualquer afirmação de que minha leitura possa ser a única, o ponto privilegiado de referência ou uma base definitiva para julgar outras. No centro de nossa oração comum é a Eucaristia que é a expressão *par excellence* da comunhão com Deus e os fiéis.

Recentemente, a Eucaristia foi utilizada como um meio de protesto com um grupo de Primazes que não comungaram no Encontro de Primazes na Tanzânia em fevereiro de 2007. O pretexto para não participar foi a discordância entre este grupo, a maioria dos primazes do Sul Global e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Porém, o fato de desacordo e divisão dentro da Igreja deve necessitar de mais oração ainda e mais submissão a Deus. O problema com a recusa de participar na eucaristia é pressupor que a comunhão depende de nós, do que o ser

⁴⁶ Conforme Sheldrake, Philip, “A Spirituality of Reconciliation for the Anglican Communion”, para ser publicado no *Journal of Anglican Studies* (2007). Ele escreve: “Catolicidade trata de como realizamos (“perform”) o cristianismo. Implica “contar a verdade inteira”, ou “relatar a estória inteira”.” Ele acrescenta: “A catolicidade implica em dar espaço a tudo e a todos a quem Deus já deu espaço.”

⁴⁷ Sharp, op. cit.



humano faz ou não faz. Assim, o fato não concordarmos constitui um motivo legítimo para desacreditar na possibilidade de comunhão. De fato, a realidade que se manifesta na Eucaristia é bem diferente desta lógica. Participamos na Eucaristia não porque estamos em plena harmonia com nosso irmão ou irmã ou porque somos pessoas já realizadas, mas porque apesar de nossas fragilidades e fraquezas, o dom da comunhão é uma realidade que primeiramente Deus nos outorga. O Arcebispo Rowan Williams faz a mesma observação em suas reflexões depois da Convenção Geral da Igreja Episcopal de 2006:

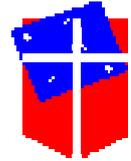
(...) nossa unidade é algo dado para nós, antes mesmo de escolhermos ou votarmos. "Vocês não escolheram a mim, mas fui eu quem os escolhi", disse Jesus para os seus discípulos; e quando nos reunimos para celebrar a eucaristia, estamos dizendo que estamos todos lá como hóspedes convidados, e não pelo que temos feito.⁴⁸

Enfim, participamos na eucaristia não porque já realizamos a unidade, mas porque nossa incompletude e carência necessitam da comunhão que Deus nos concede. Como diz uma das preces mais antigas de nosso LOC: "*Não ousamos vir à tua Mesa, ó boníssimo Senhor, confiados em nossa própria retidão, mas em tuas muitas e grandes misericórdias.*"⁴⁹ É dentro da própria oração eucarística que rezamos e suplicamos pela unidade da Igreja: "*Revela sua unidade, torna viva a sua fé, mantém sua paz e fortalece-a para o teu serviço*" (Oração Eucarística B) e "*Permite que a graça desta Santa Comunhão nos torne um só corpo e um só espírito em Cristo, para que trabalhemos na transformação dos reinos deste mundo no Reino de nosso Senhor Jesus Cristo*" (Oração Eucarística A). A eucaristia afirma a catolicidade da visão de Deus, que a celebração é para todos os discípulos de Cristo e toda a Criação de Deus. Como Philip Sheldrake comenta:

Uma pergunta muito desafiadora é: quem e o que nós recebemos com Jesus [na eucaristia]? Quando os discípulos recebem Jesus Cristo recebem também tudo que constitui o seu Corpo. Descobrimos em comunhão não apenas de um modo romântico com toda corte celestial ou a comunhão dos santos que nos visita e que representa meramente o passado e o futuro. Também nos encontramos, se ousamos dizer, em comunhão com o verdadeiro mistério católico da totalidade também no tempo e espaço presentes. Sabemos pelas narrativas dos evangelhos da Última Ceia que a catolicidade do ato de incorporação de Jesus não apenas incluiu

⁴⁸ Williams, R. *O Desafio e Esperança de ser Anglicano hoje*. 2006, p. 3. Disponível no *Website Oficial da IEAB*, <www.ieab.org.br/documentos/refl_abc_jun06.pdf> Acesso em: jun. 2007.

⁴⁹ *Livro de oração Comum* (conforme o uso da IEAB, 1988), p. 65.



discípulos como Pedro que o negou, mas Judas que o traiu. As pessoas que preferimos excluir da comunhão conosco no mundo público já são fantasmas incômodos em nossa festa eucarística.⁵⁰

Em outras palavras, a eucaristia nos compromete com a totalidade do Corpo de Cristo queiramos ou não. Conforme Sheldrake: "Entrar no 'espaço' da Eucaristia implica uma transformação radical da 'localização' humana de modo que não ficamos mais centrados no ego individual ou em encontros sem desafios com pessoas da mesma opinião, mas nos transformamos em um uma pessoa para os outros." Enfim, o 'espaço' da Eucaristia é um lugar onde nossas identidades são chamadas a ser *reconstruídas* por nossa entrega a Deus e a nosso próximo.

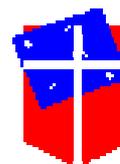
Em resumo, devemos lembrar que o primeiro e maior "instrumento da unidade" é a própria oração, um louvor sacramental na Santa Eucaristia e a Palavra de Deus viva, proclamada neste contexto da comunidade congregada, que não são "instrumentos" de uma instituição, embora tenham seu lado propriamente institucional, mas são os instrumentos *de Deus*. Cabe-nos submeter nossas divisões e desacordos a uma verdadeira participação que nos conduz para além de nós mesmos e de nossas perspectivas míopes e restritas. Se acreditarmos realmente na possibilidade de que nossa prática e submissão a Deus em oração, louvor e serviço vão nos orientar e guiar em nossas disputas, isso significa que a resolução será outorgada dentro da própria convivência e a prática. Neste sentido é errado tentar forçar cronogramas de reconciliação, quando precisamos de um maior engajamento na prática de discernimento através de oração, louvor, e serviço.

Um problema fundamental na Comunhão Anglicana no momento em termos da facilitação deste espaço católico de diferença e particularidade é simplesmente a falta de paciência e de escuta mútua. Posições teológicas e políticas são vistas de forma polarizada e radical. O processo de julgar e discernir é tratado como curto e simples: "O outro lado concordará agora com a minha posição ou não?", "Podemos oferecer palavras de reconciliação, mas não mudaremos nosso comportamento basicamente." Se voltamos à *Regra de São Bento* e à experiência de convivência na vida religiosa perceberemos que a paciência é uma virtude central (Pv 19.11). Em primeiro lugar começa com Deus, a inabalável paciência de Deus: "o Senhor espera cada dia que respondamos com ações a esses seus santos conselhos",⁵¹ Existe uma consciência de que crescemos na fé, ou seja, o discipulado é um processo, que precisa de um "coração dilatado" e "uma indizível doçura de amor"⁵² e fundamentalmente participação na paciência de Deus (II Pe 3.15), por isso "participamos, pela paciência,

⁵⁰ Sheldrake, P. "A Spirituality of Reconciliation for the Anglican Communion," p. 22.

⁵¹ *Regra de São Bento*, "Prólogo", 35, p.13. S. Bento cita o Epistolo aos Romanos 2: 4.

⁵² Idem., "Prólogo" 49, p.14.



dos sofrimentos de Cristo, a fim de merecermos ser companheiros do seu reino.”⁵³ Aqui, paciência é bem próxima à humildade, a humildade da longanimidade e perseverança diante de “adversidades”.⁵⁴ É a paciência de dar a seu irmão uma segunda, terceira oportunidade ou de se redimir. O abade é instruído que ao corrigir um irmão, deve proceder “de maneira prudente e sem exageros”, ou seja, com caridade, “para que não venha a quebrar o vaso de tanto raspar a ferrugem”.⁵⁵ Além disso deve ter consciência de “sua própria fragilidade.” Esta caridade e paciência devem permear todos os aspectos da vida da comunidade, mesmo do porteiro! Se a atitude descrita abaixo fosse incorporada em nossos relacionamentos na Comunhão Anglicana, poderíamos verdadeiramente falar sobre “laços de afeição”:

Logo que alguém bater à porta, ou um pobre chamar, responda “Graças a Deus!” ou “a bênção”, e, com toda mansidão do temor de Deus, responda logo, no entusiasmo da caridade.⁵⁶

Imagine se essa fosse nossa resposta à diferença e particularidade na Comunhão Anglicana. Paciência, humildade e caridade, sim, precisam do entusiasmo e fervor do porteiro que atende o estrangeiro na porta rapidamente, mas mais importante ainda de perseverança e sabedoria permanentes para compreender que as coisas do ser humano nem sempre se resolvem rapidamente ou com resoluções bem arrumadas e finais. Paciência, humildade e caridade imitam as virtudes de Deus e esperam com amor ativo (I Ts 2.7). Enquanto Comunhão não devemos desprezar “as riquezas da sua benignidade [de Deus], tolerância e paciência, ignorando que a benignidade de Deus [nos] leva ao arrependimento” (Rm 2.4). Como já vimos, Radner pensa que o pacto “com tempo e paciência não será uma ameaça à estabilidade, mas um dom na busca para a verdade em amor.” Espero que esse seja o resultado, mas também vale a pena enfatizar que “tempo e paciência” têm que ser virtudes que cultivamos além do pacto se as orientações dele contarem para algo.

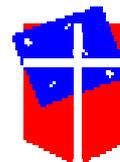
As alianças bíblicas não foram destituídas de um elemento de obrigação. A aliança mosaica foi escrita e os Dez Mandamentos talhados em placas de pedra, mas antes e depois disso o que é marcante a verdadeira presença de Deus em sua glória. “Se tua presença não for conosco”, suplica Moisés, e Deus promete em retorno, “Eu farei passar toda a minha bondade por diante de ti” (Ex 33.15 e 19). Enfim, mesmo que exista a necessidade de um elemento escrito na aliança – “Escreve estas palavras; porque conforme ao teor destas palavras tenho feito concerto contigo e com Israel” (Ex 34.27) – o que é mais saliente nestes capítulos é o misticismo e a intimidade do Divino encontro pessoal, o diálogo “face a face” (Ex 33.11), a presença

⁵³ Idem., “Prólogo” 50, p.14.

⁵⁴ Idem., “Da Humildade,” Capítulo 7, 35, p. 33

⁵⁵ Idem., “Da Ordenação do Abade”, Capítulo 64, 12, p. 107.

⁵⁶ Idem., “Dos porteiros do mosteiro”, Capítulo 66, 3 e 4, p. 111.



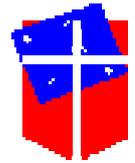
do Deus que é "misericordioso e compassivo, tardio em irar-se e grande em benevolência e verdade, que guarda a beneficência até a milésima geração; que perdoa a iniquidade, e a transgressão e o pecado" (Ex 34.6-7), e no final de tudo o rosto resplandeceste de Moisés. As suplicas de Moisés - "Senhor, se agora tenho achado graça aos teus olhos, vá agora o Senhor no meio de nós" - revela que as placas de pedra não substituirão o relacionamento pessoal de presença. Igualmente, um "Pacto Anglicano" não pode subsistir sem o relacionamento essencial com Deus e sem a necessária caridade e compaixão humanas. Um "Pacto Anglicano" nunca assegurará que as pessoas venham a agir de modo cristão, nem eliminará a possibilidade de ações hostis ou a falta de generosidade e jamais eliminará nossa própria responsabilidade de responder com compaixão e misericórdia na tentativa construir o Reino. Como Ephraim Radner notou:

Uma pergunta chave a este respeito (...) que alguns levantaram é a seguinte: o pacto proposto poderia ter evitado anteriormente as doenças atuais [da Comunhão Anglicana]? Certamente, não teria feito isso no sentido que nenhum pacto pode impedir que pessoas faltem à palavra. Um mecanismo que impõe 'sanções' dentro de um pacto não fortalece necessariamente um pacto; e além disso, 'sanções' em si não criam uma mudança de vontade nem geram confiança.⁵⁷

Se um "Pacto Anglicano" for aprovado não suprirá a dinâmica de relacionamentos e encontros na busca de viver no discipulado de Cristo e assim nossa própria responsabilidade de construir e manter relacionamentos construtivos e santos. Como no Livro de Êxodo, os mandamentos escritos nas placas de pedra são orientações e sinais que apontam a uma realidade muito maior, a saber, a presença viva de Deus com quem a Divina Aliança é feita e só em relacionamento com quem a Aliança tem sentido. Tal como as placas de pedra eram apenas um fraco reflexo da plenitude da verdadeira vida em relacionamento com Deus, do mesmo modo, um "Pacto Anglicano" só pode refletir de modo limitado a verdadeira responsabilidade pessoal que todos os membros da Comunhão têm de construir relacionamentos que revelem o Deus de compaixão e misericórdia, cujo amor e fidelidade são tão grandes que não podem ser medidos (Ex 34.6). Assim como Deus chama Moisés para escrever novas placas da Lei e renovar a aliança, o argumento é que um "Pacto Anglicano" também seria necessário. Radner assim se expressa:

O que um pacto pode fazer é tornar explícito o teor do compromisso assumido, quem assume os compromissos, o caráter

⁵⁷ Radner, op. cit.



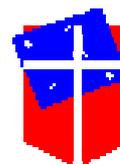
desta promessa, e daí o caráter das conseqüências que podem ser esperadas se as promessas forem transgredidas.⁵⁸

Ou seja, o pacto é parecido, não em conteúdo mas em forma, com os mandamentos que agem como pontos de referência, uma proto-catequese ou orientação da fé. Porém, as histórias do povo de Israel e da cristandade mostram contínuas transgressões da aliança. A fidelidade de Deus para conosco é revelada nas repetidas vezes que Ele nos chamou de volta a si. Nós não somos Deus e um "Pacto Anglicano" não é a Divina Aliança. Contudo, um pacto anglicano teria que ser vivido como expressão da compaixão, misericórdia e justiça de Deus para ter um sentido cristão. Em outras palavras, deve participar no espírito da Aliança Divina para ter valor. Isso significa participação na qualidade primária da aliança, a saber, o *hesed* de Deus, seu amor firme e inabalável, que é sua fidelidade e misericórdia (Ex 20.5-6; Dt 7.9-10; Sl 103.8). Enfim, um pacto só pode ser aceito e assumido se estivermos comprometidos com o quadro maior da Divina Aliança e com a inegável responsabilidade que cada cristão tem de encarnar o amor de Deus e o discipulado de Cristo. Um pacto só tem sentido no pano de fundo maior que o estabelece, ou seja, em relação ao que está além dele e que o fundamenta. Tal perspectiva salienta o domínio do pessoal, dos relacionamentos, da oração e adoração profunda, a ética da responsabilidade mútua como dimensões principais que devem fundamentar um pacto escrito. Um pacto só pode encorajar, animar e recordar as pessoas da primazia deste domínio de relacionamentos que construímos com a graça do Espírito ou que dificultamos sem Sua graça. Radner reconhece este ponto quando comenta:

Finalmente, podemos perceber à luz das promessas dignas de confiança do pacto que entrelaça nossa comunhão, que o 'conteúdo' real do pacto, não pode ser primariamente proposicional (uma afirmação lingüística de uma verdade/ falsidade ou um sentido), embora seja cheio de implicações que podem de fato ser colocados em forma proposicional. Em vez disso, o conteúdo do pacto tem a ver com a articulação de um caminho para incorporar a verdade das promessas de Deus e de nosso 'Sim' a elas. A questão não é, primeiramente, se um liberal ou um conservador pode se alistar a este conjunto de doutrinas e daí, a ortodoxia, o liberalismo ou algo mais possam ser avaliados. Ao contrário, a questão é como a igreja pode cumprir sua palavra em sua vida de comunhão enquanto diz 'sim', aos dons da própria vida de Deus dados no sacrifício de Jesus por nossos pecados, ou seja, ao verdadeiro amor de Deus?⁵⁹

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.



Em outras palavras, o propósito de um pacto não reside em si mesmo, mas salienta dimensões de uma verdadeira participação na vida de Deus, que já foi oferecida a nós, repetidas vezes, pelas promessas constantes e fiéis de Deus. A letra do pacto não é um fim em si, mas salienta, num modo humano, uma realidade já estabelecida e formada por Deus mesmo.

O Admirável Mundo Novo da Comunhão Anglicana: a Possibilidade de Igrejas "Constituintes" e Igrejas "Associadas".

Profeticamente o Arcebispo de Cantuária em suas reflexões após a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos em 2007 deu o seguinte aviso:

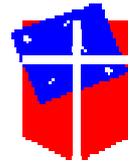
Não há como a Comunhão Anglicana se manter a mesma, devido ao que tem acontecido no momento. (...) Mas para que a tradição anglicana possa sobreviver com todos os seus aspectos intactos, precisamos de compromissos uns com os outros, e que eles sejam mais formais e próximos. E isso não será nada semelhante àquilo que conhecemos até o presente momento.⁶⁰ (...) Se desejamos continuar a ser um tipo de Igreja "católica", se acreditamos que somos responsáveis para com algo maior do que o nosso ambiente imediato e suas prioridades e queremos manter unidade com algo maior do que apenas o consenso do momento, teremos um trabalho árduo pela frente, para incorporar isso de maneira mais clara.⁶¹

O Arcebispo Williams propôs a adoção voluntária de um Pacto Anglicano com dois tipos de adesão:

Aquelas igrejas que estão preparadas para fazer isso como expressão de sua responsabilidade para com os outros, poderiam limitar suas liberdades particulares em nome de um testemunho mais amplo; e algumas podem não estar dispostas a fazer isso. Nós podemos chegar a uma situação onde haveria Igrejas 'constituintes' em união com a Comunhão Anglicana e outras que seriam 'igrejas associadas', que ainda estariam ligadas pelos laços históricos e talvez pessoais,

⁶⁰ A tradução do Rev. Mário Ribas é problemática aqui. O original disse: "And it is not going to look exactly like anything we have known so far". Ou seja, vai ter semelhanças obviamente com o passado, mas também um desenvolvimento. Isso cabe bem com meu conceito da "evolução da Comunhão Anglicana".

⁶¹ Williams, 2006, p. 4.



alimentadas por muitas das mesmas fontes, mas não unidas numa única e irrestrita comunhão sacramental e não partilhando das mesmas estruturas constitucionais.⁶²

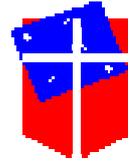
Embora eu aceite que esse seja o resultado possível e lógico de um pacto anglicano, não é o "Admirável Mundo Novo", mas a expressão de um mundo triste e fragmentado. Conforme a linha de argumentação deste artigo eu perguntaria se nós realmente chegamos a este ponto e se verdadeiramente já se esgotou o tempo necessário para discernir, dialogar, compreender melhor com paciência e caridade a posição uns dos outros na escuta pela vontade de Deus. Ou se este desejo de ter duas categorias de adesão a Comunhão Anglicana não é uma coisa forçada por mãos humanas e devido a um prazo humano? Pode ser que no mundo prático de *realpolitik*, o Arcebispo esteja certo que devido ao posicionamento dos grupos dentro da Comunhão e a polaridade existente, não há uma alternativa humana. Talvez, como Igreja devamos nos perguntar se realmente estamos satisfeitos com uma escolha entre alternativas humanas. Onde está nossa submissão a Deus? Mas mesmo assim, posso ser repreendido por um dos partidos neste debate dizendo que, "Tentamos ser pacientes, mas o outro lado não quer mudar e nossa submissão a Deus é pelas Sagradas Escritura que dizem 'X'". Pois bem, eu responderia com os argumentos deste artigo que precisamos refletir mais sobre os prazos de Deus e Sua paciência e sempre nos abrir para além de nossas determinações de verdade para o Deus vivo e a *processo*, que é ultimamente escatológico, de buscar a verdade com amor.

Se o pior acontecer e terminamos com algumas Igrejas "constituintes" e outras "associadas", de que lado ficará a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil? Só Deus sabe o futuro. Porém, isso deve ser uma decisão, se for necessária, tomada pela província em seu Sínodo e não apenas a partir da vontade de alguns que estão nos altos cargos da hierarquia. A decisão deve ser resultado de um discernimento feito pela Província que envolve nossas comunidades e não apenas laços particulares de amizade particulares ou o fato que um lado ou outro deste debate pode fornecer mais dinheiro para apoiar a IEAB.

Em tudo isso, precisamos procurar o centro: o centro em Deus, e o centro de nossa tradição anglicana. Foram sábias as palavras que o então Arcebispo Ndungane de Cape Town, África do Sul, deu em resposta às reflexões de Rowan Williams, em Julho de 2006:

Gostaria de sublinhar e afirmar que a terra na qual debatamos nosso futuro só pode ser aquela terra central, rica e ampla ["broad rich heartlands"] de nossa herança anglicana. Não é uma situação que

⁶² Idem., p. 3.



deva ser resolvida nos limites de uma posição conservadora ou liberal, como se essas fossem as únicas possibilidades diante de nós.⁶³

A redescoberta do centro de nossa tradição, afirma o Arcebispo Ndungane, deve envolver um a busca de um “discernimento das virtudes de confiança, tolerância e caridade” e “por seguir o próprio processo de nossas estruturas.” Escreve ele: “Devemos possuir nossa própria história, a história viva e vivificadora de Deus entre nós, a fim de que encontremos nosso lugar de participação dentro da narrativa dos atos redentores de Deus se desdobrando em e através da Igreja.” São os princípios sábios do discernimento tradicional: que os traços de Deus em nossa história nos ajudem a perceber as obras de Deus no presente e futuro, porque, embora nossas mentes e nossos mundos não sejam muito estáveis, a ação de Deus é constante, fiel, digna de confiança, e por isso, Ele é o verdadeiro parceiro de uma aliança. A Comunhão Anglicana agora terá que discernir se um pacto é coerente com a maneira como Deus tem nos conduzido em nossa tradição. O que é certo é que qualquer pacto terá de equilibrar a unidade da Igreja com a particularidade e diversidade de suas várias realizações e circunstâncias. E qualquer discernimento deve rezar para que os frutos do Espírito sejam manifestados em nosso tratamento uns para com os outros, o que não é nada menos de que nossa própria vocação:

Portanto, como eleitos de Deus, santos e amados, revesti-vos de sentimentos de compaixão, de bondade, humildade, mansidão, longanimidade, suportando-vos uns aos outros, e perdoando-vos mutuamente, se alguém tem motivo de queixa contra o outro; como o Senhor vos perdoou, assim também fazei vós. Mas sobre tudo isso, revesti-vos da caridade, que é o vínculo da perfeição. E reine nos vossos corações a paz de Cristo, à qual fostes chamados em um só corpo. E sede agradecidos. (Colossenses 3:12).

⁶³ *The Heartlands of Anglicanism*. Anglican Communion News Service. Media Release from the Archbishop of Cape Town (minha tradução). jul. 2006. Disponível no *Anglican Communion Website* <www.anglicancommunion.org/acns/news.cfm?mode=entry&entry=D5C15325-AFEA-ED6A-CBA8BA4F35592224> Acesso em: jun. 2007.